



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 29 de Abril de 2019
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIII

Nº 1646



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal Nº 016/97 de 14 de março de 1997 e
Nº 030/97, de 28 de abril de 1997

RESOLUÇÃO CMAS Nº 04 DE 29 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE O PROCESSO ELEITORAL DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO, PARA COMPOR A GESTÃO 2019-2021".

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE MONTE CARMELO, no uso da competência que é conferida pela Lei Municipal nº 1473 de 22 de agosto de 2018,

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1473 de 22 de agosto de 2018 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Caderno de Orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que dispõe sobre o Processo Eleitoral dos (as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 237 de 14 de dezembro de 2006 do CNAS, que define as diretrizes para estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 16 de 05 de maio de 2010 do CNAS, que Define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015, que regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 11 de 23 de setembro de 2015 do Conselho Nacional de Assistência Social, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social e revoga a Resolução nº 24 de 16 de fevereiro de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º. Inscrever os seguintes segmentos para participarem do processo eleitoral para a representação da sociedade civil organizada na Gestão 2019-2021, em Assembleia especialmente convocada para este fim, por meio de edital publicado no Diário Oficial, sob a fiscalização do Ministério Público Municipal.

§1º. A Assembleia de que trata o caput realizar-se-á em Monte Carmelo, no dia 13.05.2019, das 08:30 às 11:00 h, na Praça Celso Bueno, nº 24, Bairro Centro, neste Município de Monte Carmelo.

§2º. O CMAS convidará o Ministério Público Municipal para fiscalizar o pleito, conforme disposto na Lei Municipal 1473/2018.

§3º. Os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações dos trabalhadores da Área de Assistência Social serão doravante denominados segmentos de representação da sociedade civil.

Art. 2º. Conforme prevê a Lei Municipal nº 1473/2018, o CMAS é composto por 14 (quatorze) membros titulares e 14 (quatorze) membros suplentes, respeitada a paridade entre representantes governamentais e da sociedade civil organizada.

1 – Representantes Governamentais:

- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal da Saúde;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal da Fazenda;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Controladoria Geral do Município;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria da Educação e Cultura;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Procuradoria Geral do Município;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada, assim especificada:

- 03 (três) Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários e seus respectivos suplentes;
- 02 (dois) Representantes das Entidades da Assistência Social e seus respectivos suplentes;
- 02 (dois) Representantes dos Trabalhadores do Setor da Assistência Social;

§1º - Para cada titular deverá ser indicado um suplente que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

§2º - Os conselheiros representantes do Poder Público serão escolhidos e nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores públicos municipais, vinculados a cada uma das secretarias elencadas no inciso I, alíneas "a" a "g", e que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública (art. 12 da Resolução 237/2006).

§3º Os candidatos representantes dos Usuários ou de Organizações de usuários e seus respectivos suplentes são:

- Vanda Maria Pereira (titular) e Edno José Pereira (suplente) – representantes Clube Conviver;
- Maria Aparecida dos Santos (titular) e Lillian June Medeiros (suplente) – representantes Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva;
- Wilson Lourenço (titular) e Heleno Alves Gama (suplente) – representantes da Associação de Deficientes de Monte Carmelo;

§4º - Os candidatos representantes das Entidades e seus respectivos suplentes são:

- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Monte Carmelo;
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Monte Carmelo;
- Pequenas Comunidades Nossa Senhora do Carmo – CARMOCEB;
- Conselho Central de Monte Carmelo da SSVP – Casa de Repouso da SSVP;
- Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva;
- União Alan Kardec – Lar dos Idosos;
- Associação dos Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC;

§5º - Os candidatos representantes dos Trabalhadores da Assistência Social e seus respectivos suplentes são:

- Debora Rejane de Souza Melo (titular) e Janaina Aparecida de Souza (suplente) – representantes CRAS "Antônio Ferreira Gomes";
- Carolina Teodoro Prata (titular) e Gleice Pereira Silva (suplente) – representantes CREAS – "Zélia Fernandes";
- Ana Carolina Rodrigues Pereira (titular) e Celeste Dias Rosa (suplente) – representantes CRAS "Mãe do Leu";

A titularidade da representação da sociedade civil e respectiva suplência serão exercidas pelas entidades com o maior número de votos obtidos em cada um dos segmentos das representações de que trata este artigo, reunidas em assembleia convocada pelo presidente do CMAS, mediante edital publicado na imprensa ou no átrio da Prefeitura, e amplamente divulgado no Município.

§6º - Somente é admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§7º - A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público (art. 11 da Resolução 237/2006 do CNAS).

§8º - É vedada a participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário no CMAS, devido à incompatibilidade de poderes (art. 6º, Resolução 237/2006 do CNAS).

Art. 3º. Conforme prevê os artigos 17 e 18 da Lei 1473/2018, o mandato dos conselheiros observará:

- O mandato dos conselheiros representantes governamentais junto ao Conselho Municipal de Assistência Social será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, mediante ato designatório da autoridade competente.
- O mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil organizada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social será de 02 (dois) anos, vedada à prorrogação de mandatos e a recondução automática, permitida uma recondução, desde que, haja nova eleição.

Art. 4º. Poderão participar do processo eleitoral, exclusivamente, os segmentos de representação da sociedade civil que atuam em âmbito municipal e que estiverem habilitados a designar candidato e suplente, observados os seguintes critérios:

- As entidades e organizações de assistência social devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG na condição de entidade de assistência social, tendo por referência a Resolução do CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010;
- Os representantes e organizações de usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS nº. 11, de 23 de setembro de 2015.
- Os representantes dos trabalhadores da área de Assistência Social, em conformidade com a Resolução CNAS nº. 06, de 21 de maio de 2015.

§1º. Os segmentos de representação da sociedade civil deverão indicar o segmento a que pertencem para habilitação, observados seu estatuto e relatório de atividades, obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento, conforme os incisos do caput deste artigo.

§2º. Serão habilitados a designar candidato os segmentos de representação da sociedade civil de âmbito municipal, os quais designarão pessoa física e suplente.

§3º. É vedada a representação de mais de um segmento de representação da sociedade civil pelo mesmo representante na Assembleia de Eleição.

Art. 5º. Os segmentos de representação da sociedade civil postulantes a participar do processo eleitoral, na condição de candidatos serão exclusivamente os eleitores.

Art. 6º – Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

- Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- Assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- Garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7º. Serão considerados como conselheiros titulares eleitos candidatos que obtiverem o maior número de votos, na ordem de classificação por segmento.

Art. 8º Em caso de vacância, será convocado para ocupar a vaga o candidato sequencialmente mais votado no processo eleitoral do seu segmento e, no caso de empate de votos, prevalecerá o candidato com mais idade.

Art. 9º O voto será secreto e nominal.

Art. 10º Os membros da Comissão Organizadora Eleitoral designados na plenária do CMAS para a Assembleia de Votação não poderão votar.

Art. 11º A assembleia de votação será presidida pela presidente do CMAS, e terá uma Mesa Coordenadora, composta pela Comissão Eleitoral.

Art. 12° Caberá a Mesa Coordenadora registrar em ata, por meio eletrônico, com numeração contínua, os trabalhos efetuados e recolher a assinatura de todos os presentes.

Art. 13° O horário de votação será das 08h30 às 11h00 e o fechamento dos trabalhos iniciará após as 13h00. Os votos e todo o material do processo da assembleia serão arquivados por um prazo 02 (dois) anos.



Art. 14° Concluída a apuração dos votos e decididos eventuais recursos, o CMAS proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes das entidades não governamentais votadas, com número de votos recebidos.

Art. 15° A nomeação dos membros não governamentais do CMAS será feita pelo Prefeito Municipal e publicada no diário oficial do município de Monte Carmelo por meio de portaria no dia 24/05/2019.

Art. 16° A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2019/2021, dar-se-á até o dia 31 de maio de 2019.

Art. 17° Os Conselheiros de Assistência do CMAS representantes da sociedade civil, exercerão mandato pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução automática ou a prorrogação de mandato, conforme a Lei 1473/2018.

Art. 18° A Comissão de Trabalho Eleitoral definida em Plenária no dia 18 (dezoito) de Março de 2019, fica assim definida nos termos dessa resolução sendo todos os representantes da sociedade civil: 1- Nubia Moreira Rocha (Presidente); 2 - Ester Mundim Alves (Vice-Presidente), 3- Elaine Ferreira da Silva (Secretária).

Art. 19°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Débora Muniz Quaiatto Machado

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br